



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

1 **Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos**
2 **do Fundo de Investimento em Recursos Hídricos – CTPA**
3 **Ata n.º 20ª/2013 – Reunião Ordinária**

4 No dia 10 de abril de dois mil e treze, às quatorze horas, no Auditório da Corsan, Rua Caldas Júnior,
5 120, Porto Alegre, realizou-se a 20ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Programação,
6 Orçamento e Acompanhamento de Projetos de Fundo de Investimento em Recursos Hídricos-CTPA.
7 Estiveram presentes: Júlio Salecker (Comitê Taquari-Antas), Karla Cozza (Comitê Caí), Renato
8 Zenker (Comitê Camaquã), Mário Rangel (Comitê Gravataí), Ada Sílvia Beltrão Piccoli (Comitê
9 Gravataí), Gilmar Brum Carabajal (Secretaria de Obras), Heloísa Fiori (SEMA), Arno Kaiser (Comitê
10 Sinos), Vilma Cardoso da Silva (Comitê Lago Guaíba), Pedro Elias Leão Nunes (Comitê Santa
11 Maria), Veruska Xavier (Comitê Pardo), Tiago Lucas Corrêa (Comitê Tramandaí). Convidados: Mário
12 Damé (Comitê Baixo Jacuí), Guilherme Barbosa – SEHABS, Nelson Stuart – SEHABS, Marco
13 Mendonça – Diretor DRH/SEMA, Patrícia Moreira Cardoso – DRH/SEMA, Carlos Gabriel Nunes dos
14 Santos - SDR, João Carlos Almeida dos Santos – SOP, Margarete Willers Bremm, CRH/SEMA,
15 Carlos Alvin Heine - Corsan, Isabel Jorge – SEFAZ, Renata Benevit Gil – Corsan, Camila Chaiben,
16 Carmem Lúcia Silveira da Silva – CRH/SEMA. Aberta a Reunião pelo Vice Presidente da CTPA –
17 Tiago Lucas Corrêa, foi de imediato solicitado pelo Diretor do DRH, a inclusão na Pauta, da
18 correspondência enviada pela Secretaria da Fazenda, para esclarecimentos e discussão do objeto
19 tratado – FRH/Orçamento, as intervenções que ocorreram, resultantes da aprovação da Lei nº14.152
20 de 20 de Dezembro de 2012, bem como a redução do orçamento para 2013, aprovado também pelo
21 Legislativo e, posteriormente pelo CRH na análise da proposta de execução orçamentária. **Item 01 -**
22 **Aprovação Ata 19ª reunião ordinária e 2ª reunião extraordinária.** Aprovadas. Em relação à Lei
23 aprovada, foi permitido ao Estado apropriar-se de 90 % do saldo do passivo potencial do FRH
24 apurado em 30 de novembro de 2012. Fato esse discutível, já que na referida Lei, no inciso V lê-
25 se.....excetuadas as transferências constitucionais e legais aos municípios, os Fundos e Receitas
26 Vinculadas estabelecidas por legislação federal, bem como as advindas de convênios. Sendo
27 questionada, a representante da Secretaria da Fazenda, afirmou que embora o passivo do FRH não
28 tenha sido tocado, mantinham-se as deliberações contidas no comunicado da SEFAZ, do dia 5 de
29 abril do corrente e no qual constam os valores orçamentários para 2013, como sendo R\$ 67 milhões,
30 valor dado pelo acréscimo no orçamento original por uma suplementação feita pela SOP em 2013.
31 Ainda, consta que a JUCOF na reunião realizada em fevereiro passado, definiu que no corrente
32 exercício as despesas realizadas com recursos vinculados estarão limitadas ao ingresso dos
33 recursos no exercício. Objetivando, todas as secretarias que utilizam o Fundo 0295 – terão que
34 ajustar seus orçamentos de 2013 a um teto de R\$ 30 milhões, valor estimado de ingressos tendo
35 como referencial o exercício de 2012. Esses serão os valores a serem distribuídos neste exercício e
36 que Novos Atendimentos de SRO's com recursos supracitados ficam condicionados à definição dos
37 valores que competem a cada Secretaria. Ou seja, decidiram e deliberaram, jogando para o CRH
38 que é o Órgão gestor do FRH, resolver o que já está decidido, somado aos problemas gerados por
39 essas decisões, O desconforto e inconformidade diante desses fatos, provocaram manifestações e
40 questionamentos não só parte dos membros da CTPA, mas também através dos representantes das
41 secretarias participantes da reunião. O presidente da CTPA, Mario Rangel ressaltou que só podemos
42 fazer um planejamento a partir de dados precisos, não de uma pressuposta receita oriunda da
43 geração de energia inferida pela SEFAZ. Por outro lado, o representante do setor responsável pela
44 geração de energia nos Comitês Pardo e Taquari-Antas, Júlio Salecker, foi enfático ao afirmar que o
45 período entre janeiro e março deste ano, foi atípico, pois a geração de energia superou as
46 expectativas e com isso, a projeção de arrecadação será muito maior para os próximos meses em
47 decorrência dos períodos de chuvas. Além disso, mostrou sua indignação quanto à utilização dos
48 recursos do FRH serem direcionados para outras ações, num descumprimento agressivo aos termos
49 da Lei 8.850 que estabelece a aplicação dos recursos com seus fins. O Secretário Adjunto da
50 SEHABS e Diretor de Saneamento, Guilherme Barbosa, fez seu protesto quanto a inclusão da
51 suplementação feita à SOP ser adicionado ao orçamento de 2013 (até mesmo sem passar pelo
52 Conselho de Recursos Hídricos, que é o Gestor). Dentro desse raciocínio, se for deduzida a
53 suplementação do teto proposto pela SEFAZ, restaria somente R\$11 milhões para serem rateados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 entre todas secretarias que utilizam o FRH. E, o que é pior, deixando para o CRH definir a fatia que
55 caberá a cada um. Afora essas incoerências, o maior risco que foi textualmente colocado na
56 correspondência da SEFAZ, é que não poderá ser emitida nenhuma SRO, enquanto não houver um
57 entendimento na redistribuição dos recursos estabelecidos. Só o DRH têm 4 (quatro) Planos de
58 Bacia em fase de avaliação das propostas dentro dos processos licitatórios e, mais três tramitando
59 na CELIC para publicação dos Editais. Conforme informação da SEHABS o Plano Estadual de
60 Saneamento, também se encontra na CELIC aguardando a liberação do Edital. A posição da CELIC
61 junto ao DRH é que nenhuma licitação será homologada, sem a respectiva SRO ou uma declaração
62 da JUNCOF, assegurando os recursos para os respectivos processos. Nosso objetivo neste Relato, é
63 que o Conselho de Recursos Hídricos se posicione e delibere, encaminhando sob regime de
64 urgência à SEFAZ o constrangimento gerado pelas suas decisões. Ações que vêm na contramão de
65 uma política propagada pelo Governo do Estado junto aos Comitês de Bacias, na qual, o
66 Planejamento e Enquadramento das mesmas é feita, através dos respectivos Planos, prioridade de
67 Governo. Não está anexando a este relato todas as demais manifestações que serão transcritas em
68 Ata da 20ª Reunião CTPA. Diante do exposto a CTPA solicitou uma reunião extraordinária do
69 CRH/RS, na qual será avaliada as seguintes questões: Que seja assegurado pela SEFAZ os
70 recursos necessários para atender as prioridades, dentro de uma política de Governo e que já
71 estejam em andamento na CELIC; Que seja entendido que toda e qualquer suplementação passe
72 pelo CRH que é o Fórum de decisões na aplicação dos recursos; Que se foi aprovada qualquer
73 suplementação anterior à esta Reunião, sem a apreciação prévia do CRH, o Estado procure outra
74 fonte de recursos, não o 0295; Que haja flexibilização por parte da SEFAZ nos próximos dois meses
75 na projeção dos recursos arrecadados e estabelecimento de teto orçamentário; Que a SEFAZ
76 informe ao CRH se houve pagamento de alguma parcela da mencionada suplementação; Que
77 atenda a liberação imediata das SROs ou declaração da garantia de recursos para os processos em
78 licitação por parte da JUNCOF; Que sejam respeitados os percentuais de divisão dos recursos do
79 FRH, percentuais esses definidos e aprovados pela Resolução nº44 de 2007 assim distribuídos: 55%
80 para SEMA – 35% para o Saneamento e 10% para projetos gerais. **Item 02 – Cronograma de**
81 **reuniões para 2013: 30 de abril, 03 de julho, 04 de setembro e 06 de novembro.** Aprovado. Item 03
82 – Prestação de contas das Secretarias que utilizam os recursos do FRH/RS: Conforme solicitado,
83 foram apresentadas as Planilhas de Prestação de Contas dos recursos utilizados no exercício de
84 2012. SEHABS – Apresentou de forma precisa os dados pedidos no modelo de Planilha
85 encaminhado pela Secretaria Executiva do FRH. Acrescentou ainda, detalhadamente, os municípios
86 atendidos através de convênio com os recursos do FRH. (solicitação feita em reunião do CRH). SOP
87 – Dentro da prestação de contas foi questionada a inserção do desassoreamento e recuperação de
88 estradas, bem como o não preenchimento em vários campos da Planilha referente ao objeto na
89 destinação dos recursos. A CTPA aguarda a justificativa por parte dessa secretaria. SDR – O
90 representante da SDR foi questionado sobre a legalidade dos Pregões para a aquisição de Veículos
91 e para que fins foram adquiridos os mesmos. A CTPA aguarda o posicionamento dessa secretaria.
92 SEMA – Não houve nenhum apontamento ou dúvidas quanto à aplicação dos recursos. **Item 04 –**
93 **Projeto Bacia do Pardo:** ficará aguardando liberação de quota orçamentária por parte da SEFAZ.
94 **Item 05 – Projeto Sub-bacia Apuaê-Inhandava:** deverá ser encaminhado ao Jurídico, pois
95 conforme parecer técnico, existem ações no projeto que caberiam a Prefeitura executar, não uma
96 ONG. O encaminhamento será através da secretaria executiva do CRH para a devida avaliação. Sem
97 mais, Presidente Mário Rangel encerra a reunião e agradece a participação de todos.